



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 6492/2016

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.25.008.000551/2016-44

ORIGEM: PRM – PONTA GROSSA/PR

PROCURADOR OFICIANTE: OSVALDO SOWEK JÚNIOR

RELATOR: JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ

MATÉRIA: Notícia de Fato instaurada para apurar suposta prática do crime de descaminho. CP, art. 334. Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32 – 2ª CCR). Apreensão de CDs e DVDs inautênticos na área urbana do município de Ponta Grossa/PR, produzidos sem a autorização dos titulares do direito autoral. Configuração do delito previsto no art. 184, § 2º, do CP. Ausência de indícios de internalização das mídias contrafeitas. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar, até o momento, a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução. Precedentes do STJ (CC nº 130.595/PR, Terceira Seção, DJe 30/04/2014) e da 2ª CCR (Procedimento MPF nº 1.14.000.002827/2014-11, 612ª Sessão de Revisão, 24/11/2014, unânime). Homologação do declínio em favor do Ministério Público Estadual.

**HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da Constituição da República.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Procurador da República oficiante, às fls. 17/19.

Devolvam-se os autos à origem para remessa ao Ministério Público Estadual, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 9 de setembro de 2016.

José Adonis Callou de Araújo Sá

Subprocurador-Geral da República

Titular – 2ª CCR